

EM FOCO

AULAS DE
SUBSTITUIÇÃO

GREVE ▶ A Federação Nacional do Ensino e Investigação lamentou que a tentativa negociada com o Ministério tenha falhado. Realçou que a luta dos professores continuará e a greve dar-lhe-á voz

Converter docentes em amas-secas de alunos

JOSÉ CARMO



ENSINO ■■■▶ Ministério da Educação receptivo a proceder a modificações ■■■▶ Situação preocupa pais

■ Fernando Basto

“É preciso um professor para uma substituição na sala 12”. A convocatória é feita por altifalante. Contrafeito, um professor de Filosofia dirige-se à sala do 7.º ano para substituir a professora de Matemática. Seguem-se 90 minutos de sudoku, batalha naval, jogo da forca e palavras cruzadas. Vale tudo, desde que se mantenham os cerca de 30 alunos na sala. O modelo de aulas de substituição criado pelo Ministério da Educação (ME) está no centro de uma das maiores agitações em que vivem actualmente as escolas de norte a sul do país.

Fartos da “balbúrdia” em que se converteram as aulas de substituição, os alunos da Escola Básica 2/3 de S. João da Ponte, nas Caldas das Taipas, Guimarães, organizaram um dia de greve às aulas na sexta-feira passada. No local, os jovens diziam-se “fartos” de aulas que “não têm rendimento nenhum” e em que “os professores nos deixam fazer tudo desde que não façamos barulho”.

Rui Trindade, professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, lamenta que as aulas de substituição “tenham convertido os professores em amas-secas de meninos, pondo em causa a finalidade primeira da sua profissão”.

Aquele docente salientou que a aplicação universal da medida apenas serviu ao ME para “mostrar que punha os professores a trabalhar”. No seu entender, mais do que ajudar a degradar a imagem profissional dos professores, o ME “deveria procurar que os docentes ficassem mais tempo na escola, mas a promover um outro tipo de trabalho mais útil, como a partilha de experiências e a planificação de projectos”.

Do lado dos professores, a revolta é grande e todas as organizações sindicais representativas da classe reconhecem a perturbação que a organização dos horários e as aulas de substituição estão a causar nas escolas. Na verdade, constituem um dos motivos que levaram as grandes federações sindicais a unirem-se para convocarem uma greve

Modelo de aulas de substituição no centro da agitação em escolas de todo o país

conjunta, que se realiza na próxima sexta-feira.

Da parte do ME, a titular da pasta já fez saber que não irá revogar a legislação, tendo admitido proceder a algumas modificações. Para tanto, solicitou às organizações sindicais propostas de alteração.

Aulas devem ser pagas

Paulo Sucena, secretário-geral da Federação Nacional dos Professores, disse ao JN que os docentes não recusam as aulas de substituição. Contudo, mantém a ideia de que é necessário suspender a legislação com a finalidade de se “proceder a uma avaliação das suas consequências, possibilitando as correcções necessárias”.

Por seu turno, João Dias da Silva, secretário-geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, voltou a afirmar

que as aulas de substituição, sendo orientadas por professores, exigem preparação e planificação. Assim, no seu entender, deve ser cumprido o que estabelece o Estatuto da Carreira Docente: a substituição de professores é serviço docente e deve ser pago como trabalho extraordinário.

Já José Nóbrega Ascenso, secretário-geral do Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação, sugeriu ao ME que as primeiras cinco horas de substituição sejam pagas como trabalho normal.

Também os pais se têm mostrado preocupados com o clima que se vive em muitas escolas. No sentido de dar solução ao conflito criado, Albino Almeida, presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, propôs ao ME que as faltas dadas pelos professores sejam creditadas no crédito global da escola e sirvam para pagar aos docentes substituídos.

A Delegação Nacional das Associações de Estudantes dos Ensinos Básico e Secundário promove, na quinta-feira, manifestações em todo o país, tendo as aulas de substituição como um dos alvos dos protestos.

Estudantes obrigados à presença

■■■ Apesar de autorizados pelos pais a sair da escola, os alunos têm falta de presença caso não estejam presentes na última aula do tempo da manhã ou da tarde, apesar do professor titular da disciplina ter faltado e ter sido substituído. Esta situação constituía uma dúvida para muitos conselhos executivos.

Por essa razão, o Ministério da Educação acaba de enviar às escolas um esclarecimento. Na sua informação n.º 156, oriunda da Secretaria de Estado da Educação, afirma-se que “os encarregados de educação que autorizaram os educandos a sair da escola, fizeram-no para as situações em que os alunos não têm actividades escolares”.

A nota acrescenta que, “neste momento, essa questão não se coloca, já que, perante a ausência de um professor, a escola diligencia a realização de actividades educativas sob a orientação de um outro docente”. A informação esclarece, ainda, que “a frequência destas actividades é obrigatória, sendo a ausência do aluno registada no livro de ponto da turma e, posteriormente, nos suportes administrativos da direcção de turma”. Para justificar estas faltas, os encarregados de educação devem seguir os mesmos procedimentos para qualquer falta de presença.

Estas orientações estão a obrigar muitas escolas a alterar os horários de alguns professores, por forma a permitir a substituição de professores nos últimos tempos lectivos da manhã e tarde.

Segundo o JN apurou, muitos pais autorizavam, nestas situações, que os filhos regressassem a casa mais cedo, considerando que o trabalho em casa era mais útil do que as actividades da aula de substituição.